

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

Enrico Foianesi

Análise da Aptidão do Mercado Securitário
para a Implementação do IFRS 17

Osasco

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS.

Enrico Foianesi

Análise da Aptidão do Mercado Securitário
para a Implementação do IFRS 17

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito para aprovação
no curso de Bacharelado em Ciências
Atuariais.

Orientador: Dr. Joelson Oliveira Sampaio

Osasco

2019

Foianesi, Enrico.

Análise da Aptidão do Mercado Securitário para a Implementação do IFRS 17/ Enrico Foianesi. – Osasco, 2019. 41 f.

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Atuariais – Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Atuária, 2019.

Orientador: Dr.Joelson Oliveira Sampaio.

Título em inglês: Analysis of the Capability of the Insurance Companies to Implement the IFRS 17.

1. *IFRS 17*. 2. Solvência II. 3. Base de Dados. 4. *IASB*.
I. Sampaio, Joelson Oliveira. II. Análise da Aptidão do Mercado Securitário para a Implementação do IFRS 17.

RESUMO

Neste trabalho buscamos avaliar a preparação do mercado securitário com relação ao *IFRS 17*, para isso, analisamos a história do órgão regulador por trás da emissão do padrão internacional de relatórios contábeis conhecido como *IASB*, para entender qual é seu objetivo e como o *IFRS 17* ajuda alcançar essa meta. Estudamos as diversas fases do *IFRS 17* até sua publicação, onde explicamos os vários estágios de sua criação e expusemos os desafios que virão com uma implementação. Utilizamos de pesquisas realizadas por companhias de renome mundial para auxiliar a mensurar o andamento de implementação da norma e como as seguradoras estão reagindo a ela. Também comparamos o *IFRS 17* e Solvência II, pois como existem diversas semelhanças entre eles, as companhias esperam aproveitar dos sistemas e procedimentos já desenhados para aplicar o *IFRS 17*.

Palavras chave: *IFRS 17*; Solvência II; Base de Dados; *IASB*.

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the preparedness of the insurance companies to implement the IFRS 17, to do so we took a deep look in the history of the standard-setting body behind the international financial report standard, known as IASB to understand what its objective is and how IFRS 17 helps achieve this goal. We also took a glance in the different stages of the development of the IFRS 17 until its publication; with the purpose of identify the different stages of its creation and expose the challenges that will arise in has to be implementation. We used surveys conducted by worldwide famous companies to help us get some information about who, and by whom the implementation of the standard are being conducted. We also compare IFRS 17 and Solvency II, because as there are several similarities between them, companies expect to take advantage of the existing systems and procedures already designed to apply the IFRS 17.

Keywords: *IFRS 17*; Solvência II; Database; *IASB*.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Desenvolvimento	6
2.1. História do IASB	6
2.2. História do IFRS 17	12
2.3. IFRS 17	13
2.3.1. <i>Fulfilment cash flows</i>	14
2.3.2. <i>Discount Rates</i> (Taxas de desconto)	15
2.3.3. <i>Risk adjustment for non-financial risks</i> (Ajuste de risco para riscos não financeiros)	15
2.3.4. <i>Contractual Service Margin</i> (Margem contratual de serviço)	16
2.3.5. BBA x PAA	17
3. Comparação entre o Solvência II e o IFRS 17 na mensuração dos Passivos dos Contratos de Seguros	18
4. Preparação do mercado para o <i>IFRS 17</i>	23
5. Desafios do <i>IFRS 17</i>	31
5.1. Desafios do primeiro ano de implementação	33
6. Considerações Finais	34
7. Bibliografia	36

1. Introdução

O mercado securitário está se preparando para a implementação do *IFRS 17*, que ocorrerá em janeiro de 2022 (*IASB, IASB to propose one-year deferral of insurance contracts Standard*, 14 de novembro de 2018), e muito tem sido comentado sobre como esta nova norma é a mais complexa já emitida, que o prazo inicial de implementação em janeiro de 2021 (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts*, maio de 2017) não seria suficiente e que muitas mudanças demandam dados que as seguradoras não têm à disposição.

À vista disso, este trabalho de monografia foi escrito com a principal finalidade de investigar qual a percepção do mercado securitário com relação ao *IFRS 17* e de qual forma o mercado está se preparando para implementar a norma. Para isso, usaremos do método de pesquisa qualitativa para medir o nível de confiança que o mercado apresenta.

Não menos importante, também serão avaliadas as semelhanças e diferenças entre outro padrão internacional de contabilização, mais especificamente, Solvência II (HINES, William; ZIANG Cici, *IFRS 17 preparedness - 2017*, junho de 2017, Milliman Research Report), devido às diversas semelhanças entre Solvência II e o *IFRS 17* muitas companhias utilizarão este conjunto de normas já existente, como base para começar a implementar o novo padrão. Todavia, primeiramente é necessário embasar o que é o *IFRS 17* e o que ele propõe.

Dado o exposto acima, a relevância deste tema fica explícita, devido ao fato de que o *IFRS 17* estará vigente em 2022 e se aplicará para todos os contratos de seguro emitidos. Tomaremos por definição de contrato de seguro a seguinte exposição exposta no estudo *In depth A look at current financial reporting issues* publicado pela PwC:

“IFRS 17 defines insurance contracts as contracts under which one party (the issuer) accepts significant insurance risk from another party (the policyholder) by agreeing to compensate the policyholder if a specified uncertain future event (the insured event) adversely affects the policyholder.”

Neste trabalho contextualizamos o *IASB* e o *IFRS 17* ao longo do tempo e como ambos ganharam força e aceitação global. O *IFRS 17* também pode ser referido como *IFRS 4 phase II*, nomenclatura que também será explicada no decorrer desta monografia.

Estudos realizados pela *IFRS® Foundation* apontam que existem aproximadamente 450 companhias seguradoras utilizando os padrões propostos pela *IASB* totalizando um total de 13 trilhões de dólares em ativos (*IFRS® Standards, Fact Sheet, 2017*). Esses números nos ajudam a entender a magnitude do que está sendo proposto, ainda mais que, fundamentalmente, esta nova norma busca tornar mais transparente o reconhecimento da receita das entidades seguradoras, bem como gerar uma maior base comparativa entre as companhias.

O nível de complexidade da norma *IFRS 17* se destaca das demais, por isso dedicaremos uma seção para estudar as diversas etapas que existiram durante os 17 anos de criação do normativo, além da história do *IASB* para entendermos quais eram os objetivos desta associação ao criar um conjunto de normas tão complicado e desafiador.

A dificuldade no processo de criação do *IFRS 17* advém do fato de que o *IASB* optou por uma abordagem que obrigue as seguradoras a registrar os contratos de seguros de uma forma que reflita a essência do reconhecimento da receita do seguro, por serem honrados ao longo do tempo conforme a seguradora presta serviços ao segurado.

A opção de um modelo de valor justo (*fair value model*) não foi aceita, pois geralmente se baseia em diversas hipóteses que em muitos casos nem chegam a se tornar realidade (*IFRS® Foundation, Basis for Conclusions on IFRS 17 Insurance Contracts*, maio de 2017).

2. Desenvolvimento

2.1. História do IASB

O predecessor do *International Accounting Standard Board (IASB)* foi conhecido como *International Accounting Standards Committee (IASC)*, no ano de 1973 os organismos profissionais de contabilidade da Austrália, Canadá, França,

Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido/Irlanda e Estados Unidos ¹ uniram-se e criaram padrões internacionais de contabilidade para gerar maior comparabilidade entre os países (*IASC, An agreement to establish an International Accounting Standards Committee*, 29 de junho de 1973).

Apesar de ter sido criado em 1977, somente em 1989 que foi emitido o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* ¹ (*IASC, Statement of Intent Comparability of Financial Statements*, julho 1990), que é conhecido como a primeira estrutura conceitual de apresentação de demonstrações financeiras. Logo após isso, em 1990 foi publicado o IAS 31, criando 31 métodos de apresentação dos resultados das companhias. Contudo, três anos após a publicação dos trinta e um padrões, dez deles foram revistos, com a finalidade de diminuir assim a quantidade de possíveis demonstrações de resultados distintos sobre o escopo do mesmo *standard*.

Em 1994, a primeira revisão do padrão internacional de contabilidade emitida pelo *IASC* foi feita pelo *ISOCO*². No mesmo ano, outro documento é emitido formalizando o compromisso entre as duas entidades para trabalhar em conjunto com o objetivo de criar este novo *framework*.

Entre 1996 e 1998, o *International Accounting Standards Committee*, aprova a criação de um novo comitê para fazer a interpretação dos *standards*, denominado de SIC (*Standing Interpretations Committee*) e é convidado pelo G7 para terminar até 1999 uma proposta de reforma estrutural do padrão para a publicação das demonstrações financeiras utilizadas na época, tendo que aprimorar de acordo com a declaração do G7 os seguintes tópicos:

“These reforms are designed to: increase the transparency and openness of the international financial system; identify and disseminate international principles, standards and codes of best practice; strengthen incentives to meet these international standards; and strengthen official assistance to

¹ Linha do tempo de 1973 até 2018 - *IFRS® Foundation, Who we are*. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#history>>. Acesso em: 31 de março de 2019, 22:24

² Documentos de 1994 comprovando aceitação dos novos parâmetros propostos pelo *IASC*. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE COMISSÃO DE VALORES. Carta, 17 de junho de 1994, Quebec - Canadá. SHIRATORI, Eiichi. Londres - Inglaterra, 11p.); (SHIRATORI, Eiichi. *Efficiencies in multinational securities offerings: how to promote international harmonisation of accounting standards*, *International Accounting Standards Committee at XXI Conference of the International Organisation of Securities Commissions (IOSCO)*, Tóquio - Japão, 1994).

help developing countries reinforce their economic and financial infrastructures.” (Declaration of G7 Finance Ministers and Central Bank Governors, 1998)

Desde a criação do *IASC*, o seu objetivo sempre foi trazer mais transparência nas demonstrações contábeis, porém é possível observar que em 1998 o órgão obteve seu papel mais relevante até o momento, e deu início a realização do seu projeto, devido a oportunidade que o *IASC* teve ao trabalhar em conjunto com o G7 (*Declaration of G7 Finance Ministers and Central Bank Governors, 1998*).

A união formada entre ambos buscava tornar os padrões internacionais mais transparentes, determinar as melhores práticas e intensificar os incentivos para a adoção de tais padrões que passaram a ser reconhecidos mundialmente.

Pouco depois do esforço em conjunto com o G7, ocorre uma reestruturação e o *IASC* se torna um Conselho Internacional de Normas Contábeis, supervisionado por administradores independentes.

No ano de 2001, o *IASC* deixa de existir e é criado o *IASB*, o órgão de normatização contábil, que está dando continuidade ao seu legado até hoje. De acordo com Sir David Tweedie ³, presidente do *IASB* na sua criação, o conselho tem como objetivo promover a convergência dos padrões internacionais de contabilidade em um único conjunto compreensível de normas contábeis.

Em 2002, a União Europeia fixa o prazo de 3 anos para que as companhias listadas em mercados regulados, incluindo bancos e seguradoras, preparem as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os padrões do *IFRS*. Em paralelo, os Estados Unidos começam a se movimentar para adequar as normas locais com o novo padrão, cenário similar ao brasileiro atual.

O conselho divulga o primeiro padrão, com nome de *IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*, que foi emitido em 2003 após o *IASB* concluir algumas reformas que estavam pendentes em outros padrões contábeis (*International Accounting Standards Board®*, *International Accounting Standards Board Issues Wide-Ranging Improvements To Standards*, 13 de

³ International Accounting Standards Board®, IASB Announces Agenda of Technical Projects 31 julho, 2001

dezembro de 2003). No mesmo ano, também é realizado um primeiro evento que futuramente seria conhecido como Encontro Anual dos Compositores de Padrões de Contabilidade. Em seguida, no ano de 2004 são emitidos os *IFRS* 2⁴ a 6, e em 2005 sete mil empresas em 25 países já adotavam o *IFRS*. Não menos importante, no mesmo ano a China se propõe a adotar parcialmente o *IFRS* com previsão de no futuro abranger a totalidade dos requerimentos.

Pouco tempo depois, o Japão assina o contrato de cooperação com o *IASB*⁵. Em 2007, o Brasil, Canadá, Chile, Israel e Coreia estabelecem um plano para adotar os padrões do *IFRS*, se juntando ao grupo de mais de cem países que já adotaram a norma. No ano seguinte, a Malásia e o México demonstraram interesse em aderir ao grupo que vinha crescendo rapidamente de países que adotam *IFRS*. E em conjunto com o *US Financial Accounting Standards Board*, formam o *Financial Crisis Advisory Group* para guiar os membros do grupo em cenários de crises (*IASB, FASB, Press release IASB and FASB create advisory group to review reporting issues related to credit crisis*, 16 de outubro de 2008).

Em 2009, ocorreram diversos fatos relacionados ao *IFRS* e ao *IASB*: o conselho administrativo foi expandido para 16 membros; uma versão preliminar do *IFRS* 9 e o *IFRS* de pequenas e médias empresas foram criados; o órgão também se reúne com o G20, após a crise econômica de 2009 para começar a reestruturação econômica global como observamos no seguinte trecho do encontro do G20 de 2009⁶:

“We meet in the midst of a critical transition from crisis to recovery to turn the page on an era of irresponsibility and to adopt a set of policies, regulations and reforms to meet the needs of the 21st century global economy.

When we last gathered in April, we confronted the greatest challenge to the world economy in our generation.

Global output was contracting at pace not seen since the 1930s. Trade was plummeting. Jobs were disappearing rapidly. Our people worried that the world was on the edge of a depression.

⁴ IASB, IASB Issues Standard On Share-Based Payment, 19 de fevereiro de 2004

⁵ Accounting Standards Board of Japan, International Accounting Standards Board, *Agreement on initiatives to accelerate the convergence of accounting standards*. 8 de agosto de 2007

⁶ *Leaders' Statement: The Pittsburgh Summit*, setembro de 2009

At that time, our countries agreed to do everything necessary to ensure recovery, to repair our financial systems and to maintain the global flow of capital. ” (Leaders' Statement: The Pittsburgh Summit, setembro de 2009)

Um ano após a sua emissão, em 2010, o *IFRS 9* passa por uma revisão e adiciona os requerimentos relacionados à classificação e mensuração de passivos financeiros, incluindo derivativos e créditos de risco próprio e, no mesmo ano, lança um programa para aumentar a participação dos investidores no desenvolvimento dos próximos *International Financial Reporting Standards*.

A administração se reúne com os países emergentes em 2011, em resposta ao pedido do G20 para engajar ainda mais estes países a contribuírem com o desenvolvimento de futuros *IFRSs* (*The First Meeting of the IASB Emerging Economies Group Communiqué*, julho de 2011). Neste mesmo período, o Canadá passa a adotar oficialmente os padrões internacionais e são emitidas mais três normas (*IFRS 10*, *IFRS 11* e *IFRS 12*) ⁷.

Em 2012, o comitê de administração emite um comunicado com o propósito dos padrões de relatórios financeiros, criados pelo *IASB*, sendo eles: prover um retrato fiel da posição financeira de uma companhia e do seu desempenho em suas demonstrações financeiras ⁸. Este retrato seria usado por investidores e outros agentes do mercado como base para tomar decisões econômicas e de alocações de recursos de forma informada (visando trazer acesso à Informação igual para o mercado) ⁹. A confiança de todos os adeptos ao *IFRS* na transparência e integridade das demonstrações contábeis é de extrema importância para o funcionamento eficaz do mercado de capitais, alocação eficiente de capital, estabilidade financeira global e crescimento econômico sólido (*IFRSs as the Global Standards: Setting a Strategy for the Foundation's Second Decade*, fevereiro de 2012).

⁷ *IASB completes improvements to accounting requirements for off balance sheet activities and joint arrangements*, 12 de maio de 2011

⁸ *IFRS Foundation Monitoring Board / IFRS Foundation Trustees. Monitoring Board and the Trustees of the IFRS Foundation announce conclusions of their Governance and Strategy Reviews*. 9 de fevereiro de 2012

⁹ FAMA, Eugene F. *The Journal of Finance*. Vol. 25, No. 2, Papers and Proceedings of the Twenty-Eighth Annual Meeting of the American Finance Association New York, Nova York, Dezembro de 1969 e Maio de 1970, pp. 383-417.

Em 2012 a Argentina, México e Rússia passam a utilizar os padrões internacionais estabelecidos.

Em 2014, a versão final do *IFRS 9* foi publicada e as companhias que foram afetadas pelo normativo tinham o prazo até primeiro de janeiro de 2018 para adequar suas demonstrações contábeis. O *IASB* promulgou um documento que determina as relações entre ele e os demais países membros, no qual é reconhecida a importância desse trabalho em conjunto para o sucesso das normas internacionais:

“The IASB is the standard-setting body of the IFRS Foundation responsible for all technical matters including the preparation and publication of IFRS. For IFRS to be of high quality and to be globally accepted, they need to address the needs and requirements of users and preparers around the world. IFRS cannot be successful unless they are implemented and applied consistently across regions and jurisdictions. To achieve this, IFRS need to be developed using collaborative processes between the IASB and its stakeholders.” (Charter, The IASB and other accounting standard-setters, abril de 2014)

O presidente do *IASB* em 2015, Hans Hoogervorst, fala em uma conferência em Toronto, Canadá da nova missão do comitê:

“Our mission is to develop IFRS that brings transparency, accountability and efficiency to financial markets around the world. Our work serves the public interest by fostering trust, growth and long-term financial stability within the global economy. ” (IASB, IASB Chairman presents new mission statement, 16 de abril de 2015)

Neste contexto o presidente do comitê também fala como o *IFRS* vem sendo adotado com mais frequência por diversos países, se tornando uma ponte entre países com sistemas de contabilização totalmente diferentes (*IASB, IASB Chairman presents new mission statement, 16 de abril de 2015*).

Em 2016 e 2018 são lançados os *IFRS 16* e *17* e também é divulgado uma revisão da estrutura conceitual para relatórios financeiros substituindo a versão vigente desde 2010.

2.2. História do IFRS 17

A história do *IFRS 17* começa em 1997, quando o *IASB* inicia o projeto de contratos de seguros, o qual, só foi finalizado em 17 de maio de 2017, quando a versão final do *IFRS 17* foi emitida (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

Nesses 20 anos que a norma demorou para ser concluída, foi emitido o *IFRS 4* que foi enunciado como uma solução paliativa para a contabilização dos contratos de seguros em 2004. Um fato importante a ser notado é que para o projeto inicial ser concluído levaram 7 anos, um tempo consideravelmente longo para um projeto que estava dividido em duas fases, isso também explicaria o porquê do *IFRS 17* também ser conhecido como *IFRS 4 phase II* por algum tempo.

O *FSB (Financial Stability Board)* vinha trabalhando desde março de 2015 para identificar potenciais riscos e no comunicado à imprensa de setembro de 2015 manifesta a seguinte opinião: “*The Plenary noted the importance of IASB completing its standard for insurance contracts as a high priority.*”¹⁰. Para entendermos com mais clareza o porquê desta decisão precisamos compreender melhor o plano de trabalho que estavam seguindo na época, que também está descrito no comunicado à imprensa de setembro de 2015:

“The FSB has been working, based on the workplan it agreed in March, to identify risks associated with market liquidity and asset management activities in the current market conditions, as well as potential structural sources of vulnerability associated with asset management activities. It will evaluate in the first phase the role that existing or additional activity-based policy measures could play in mitigating potential risks, and make policy recommendations as necessary.” (Financial Stability Board, Meeting of the Financial Stability Board in London on 25 September)

O *IFRS 4* apresentava algumas lacunas que dificultavam a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras e que foram discutidos em duas publicações acerca do tema (*IFRS® Standards Effects Analysis, maio de 2017; PwC, The wait is nearly over? IFRS 17 is coming, are you prepared for it? setembro de 2016*) como:

¹⁰ Financial Stability Board, *Meeting of the Financial Stability Board in London on 25 September*

- Existe uma diversidade de tratamentos contábeis, no *IFRS 4*, dependendo do tipo de contrato e de qual empresa o emite;
- As estimativas para contratos de longa duração não são atualizadas;
- As taxas de desconto não refletem os riscos econômicos;
- Não há descontos para alguns contratos;
- Há pouca informação sobre opções de garantia.

A necessidade de complementar o *IFRS 4* existia desde que ele foi lançado, contudo, com esse pronunciamento do *FSB* o *IASB* teve que se apressar para terminar a norma, por isso, dois anos após, em maio de 2017, a versão definitiva foi emitida.

2.3. IFRS 17

O *IFRS 17* é voltado em padronizar as demonstrações contábeis das companhias que emitem contratos de seguros, por isso serão abordados dois modelos de mensuração dos passivos do *IFRS 17* conhecidos como *Building Block Approach (BBA)* e *Premium Allocation Approach (PAA)*, neste trabalho, começaremos explicando o BBA e depois mencionaremos as diferenças dele para o PAA.

É importante mencionar que existe ainda o *Variable Fee Approach (VFA)* que na prática se aplica a contratos vinculados a algum tipo de garantia financeira, como estes contratos não são tipicamente realizados não cobrimos os detalhes desse método para esta monografia.

O *building block approach* é considerado pelo *IFRS 17* como o modelo padrão de mensuração dos passivos e é composto por quatro partes essenciais: A primeira delas é a melhor estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento (*Fulfilment cash flows*), em seguida as taxas de desconto (*Discount rates*), a penúltima parte a ser considerada é o ajuste de risco (*Risk adjustment*) e por fim temos a margem contratual de serviço (*CSM*) (*EY, Applying IFRS 17 A closer look at the new Insurance Contracts Standard*, maio de 2018).

As três primeiras partes essenciais do BBA, são aplicáveis tanto para os passivos de riscos não expirados quanto para os passivos de sinistros incorridos.

Devemos ressaltar que o CSM existe apenas para os passivos destinados a cobrir riscos a decorrer, procurando fazer um paralelo com o modelo atual, seria a PPNG seja a parcela de riscos vigentes emitidos (RVE) ou de riscos vigentes não emitidos (RVNE) (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

2.3.1. Fulfilment cash flows

O objetivo do fluxo de caixa de cumprimento (ou fluxo de caixa futuro), é determinar o valor esperado de todos os possíveis resultados, considerando toda a informação disponível no momento sem custo ou esforço adicional.

A informação que será utilizada para mensuração do fluxo de caixa, sendo ela razoável e admissível, referentes aos eventos passados, presentes e estimativas do futuro, devem se encaixar no conceito apresentado anteriormente de não proporcionar custo ou esforço adicional para a entidade, isso porque, de acordo com o IASB por meio do IFRS 17, estas informações estão presentes nos bancos de dados das entidades.

Por uma perspectiva estritamente teórica, o ponto de partida da estimativa do fluxo de caixa é uma gama de cenários que refletem todos os possíveis resultados. Cada cenário em específico possui tempos e quantias próprias para o fluxo de caixa e uma probabilidade de se concretizar. O resultado de cada fluxo de caixa é balizado pela possibilidade dele se tornar realidade, consequentemente o objetivo não é criar o modelo mais provável de se tornar realidade e sim um fluxo de caixa baseado na média das probabilidades dos cenários se realizarem multiplicado pelo valor do fluxo de caixa calculado.

Quando consideramos todos as possibilidades de fluxos de caixa, o objetivo é agregar todos os cenários possíveis e plausíveis com as informações disponíveis obtidas sem esforço ou custo adicional de forma imparcial e sem viés.

Em casos práticos caso a companhia seja capaz de estimar a distribuição de probabilidade dos resultados com um modelo simples e de poucos parâmetros, não há necessidade de dificultar o modelo. Contudo, da mesma forma, caso seja necessário criar um modelo complexo com inúmeras variáveis para estimar a distribuição de probabilidade dos resultados, o mesmo não deve ser simplificado se houver perda de informação significativa (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

2.3.2. Discount Rates (Taxas de desconto)

As taxas de desconto que se aplicam as estimativas dos fluxos de caixa devem refletir o valor da moeda ao longo do tempo, acompanhar as características dos fluxos de caixa, e por fim, representar a liquidez dos contratos de seguros ao longo do tempo. Entretanto, todos esses dados devem ser consistentes com parâmetros observados no mercado para os aspectos existentes nos contratos de seguro.

Porém, em casos práticos, não são todos os fatores propostos na norma que influenciam as companhias, porque cada uma tem uma forma de operar. Apesar de existir uma gama de peculiaridades a serem consideradas, apenas aquelas existentes no contrato fixado entre o segurador e o segurado devem ser consideradas (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

2.3.3. Risk adjustment for non-financial risks (Ajuste de risco para riscos não financeiros)

Essa parte que compõem a mensuração do passivo da companhia corresponde a parcela dos riscos referentes aos contratos de seguro. Por tal motivo, riscos financeiros estão submetidos a um *IFRS* diferente, com uma abordagem diferente do *IFRS 17* (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

O ajuste do risco deve ser constituído com a finalidade de tornar, para a seguradora, indiferente às diversas possibilidades de ocorrência de um sinistro, seja por severidade, frequência ou outros aspectos ou uma obrigação que irá gerar o mesmo valor presente de fluxo de caixa que o valor total do seguro.

Em decorrência do fato supracitado, o ajuste de risco reflete a compensação que a entidade requer para cobrir os riscos dos contratos de seguros pela incerteza gerada no fluxo de caixa. Ele também reflete o benefício da diversificação que a entidade está considerando ao aceitar um risco, sejam os resultados favoráveis ou não, de uma forma que reflita a aversão ao risco da companhia.

Isso ocorre pois caso uma seguradora tenha um apetite de risco elevado, o ajuste de risco será maior do que outra com perfil mais conservador. O mesmo raciocínio se aplica para o benefício da diversificação, quanto mais diversificada for a carteira da companhia, menor será o ajuste de risco.

2.3.4. **Contractual Service Margin (Margem contratual de serviço)**

Um conceito novo que será implementado no *IFRS 17* é o do CSM (*Contractual Service Margin*), que segundo o *IFRS 17* pode ser definido como:

“A component of the carrying amount of the asset or liability for a group of insurance contracts representing the unearned profit the entity will recognise as it provides services under the insurance contracts in the group. The contractual service margin is a component of the asset or liability for the group of insurance contracts that represents the unearned profit the entity will recognise as it provides services in the future. An entity shall measure the contractual service margin on initial recognition of a group of insurance contracts at an amount that, unless paragraph 47 (on onerous contracts) applies, results in no income or expenses arising from:

(a) the initial recognition of an amount for the fulfilment cash flows, measured by applying paragraphs 32–37;

(b) the derecognition at the date of initial recognition of any asset or liability recognised for insurance acquisition cash flows applying paragraph 27; and

(c) any cash flows arising from the contracts in the group at that date.

[...]The contractual service margin at the end of the reporting period represents the profit in the group of insurance contracts that has not yet been recognised in profit or loss because it relates to the future service to be provided under the contracts in the group. ” (IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017).

De acordo com o *IFRS 17* o CSM será a representação do lucro que a companhia espera ter com o contrato de seguro, que ainda não foi apropriado. Isso porque o risco à qual esse lucro se refere ainda não ocorreu. Desta forma, a companhia deve prestar o determinado serviço para o dono do contrato e somente quando este serviço for concluído o mesmo será apropriado como lucro, em outras palavras, o lucro será deferido pelo período de cobertura, eliminado o ganho que se teria no primeiro dia.

Porém, deverá também, balizar o lucro com relação aos eventos ocorridos no período de vigência, ou seja, utilizando um cenário prático como exemplo, caso venha ocorrer um sinistro no primeiro dia de vigência da apólice ele deve ser reconhecido na *CSM*. Isto imediatamente diminui o lucro esperado da parcela ou torna-a zero caso o custo do sinistro seja maior ou igual a *CSM*.

É importante ressaltar que caso o valor do sinistro supere a *CSM*, a diferença deve ser reconhecida como prejuízo diretamente no resultado da companhia e, por fim, considerando a hipótese que no futuro o contrato passe a ser rentável, novamente a *CSM* pode ser revertida e passar a apresentar um valor maior do que zero.

Claro que em uma eventualidade de um único contrato em específico, sem a ocorrência de um endosso ou aumento de prêmio, dificilmente seria possível que um contrato oneroso se tornasse lucrativo novamente. Todavia, ao observarmos um cenário mais real, que englobaria uma carteira de inteira, com milhares de apólices, entendemos mais facilmente como o *CSM* pode flutuar ao longo do tempo.

2.3.5. BBA x PAA

Como observamos na *tabela 1* a diferença entre o *building block approach* e o *premium allocation approach* é apenas a parcela de riscos não expirados, na qual o PAA é uma abordagem simplificada do BBA, que pode ser aplicada para contratos com duração de até um ano, se não houver uma diferença expressiva entre os dois métodos quando o valor foi apurado.

	Atualmente	BBA	PAA
Passivos de riscos não expirados	Valor descontado de fluxos de caixa / PPNG menos DAC	CSM	Prêmio menos o custo de aquisição diferido
		Ajuste de risco	
		Taxas de desconto	
		Estimativas do fluxo de caixa de cumprimento	
Passivos de sinistros incorridos	Provisões técnicas de sinistros	Ajuste de risco	Ajuste de risco
		Taxas de desconto	Taxas de desconto
		Estimativas do fluxo de caixa de cumprimento	Estimativas do fluxo de caixa de cumprimento

Tabela 1: PwC, *In depth A look at current financial reporting issues*, 30 de junho de 2017

3. Comparação entre o Solvência II e o IFRS 17 na mensuração dos Passivos dos Contratos de Seguros

As companhias que já possuem sistemas e processos estruturados para Solvência II, provavelmente utilizarão o que têm a sua disposição como base para começar a estruturar novos processos para o *IFRS 17*, visto que, existem diversas semelhanças entre os padrões. Contudo, neste tópico iremos abordar as diferenças entre eles com relação ao reconhecimento dos passivos dos contratos de seguros.

Uma pesquisa realizada pela PwC, compara as principais diferenças entre os *IFRS 17* e *Solvência II* para uma seguradora sem condições atípicas nos quesitos técnicos, financeiros e operacionais (PwC, *In depth A look at current financial reporting issues*, 30 de junho de 2017).

A primeira grande diferença é no período de transição para adoção dos dois modelos, no qual, o *IFRS 17* é mais flexível quanto aos requisitos na aplicação inicial, principalmente em relação ao CSM (*Contractual Service Margin*) nos negócios existentes. Já Solvência II, determina que quando aprovadas, as medidas transitórias podem atenuar o impacto na adoção inicial em 1 de janeiro de 2016, por um período máximo de 16 anos (PwC, *In depth A look at current financial reporting issues*, 30 de junho de 2017).

O questionamento mais complexo referente a adoção inicial dos padrões é: qual das duas normas é a mais rígida neste ponto. Apesar do *IFRS 17* explicitar que para todos os negócios recorrentes haverá uma suavização das aplicações no início, a duração deste período não é especificada, podendo ser 6 meses ou 10 anos. Em contrapartida, a Solvência II parece ser mais rígida em primeira instância, pois a atenuação das regras só será permitida em casos específicos, contudo, dá a abertura de existirem 16 anos de aplicação simplificada, que é um tempo consideravelmente longo.

A primeira grande diferença entre *Solvência II* e o *IFRS 17* é exatamente o CSM, pois este conceito é completamente novo, visto que não existe nenhum conceito na atualidade que possa ser usado como paralelo, como ocorre com o *fulfilment cash flows, risk adjustment e discount rate* que apesar de terem considerações diferentes, comparados com Solvência II, o conceito não é uma novidade.

Outra diferença que surge por causa da implementação do CSM no *IFRS 17* é que, no caso da Solvência II os lucros e os prejuízos, se existirem, no primeiro dia são reconhecidos para todos os tipos de contratos, incluindo os de resseguro, contudo para o *IFRS 17* apenas os prejuízos são reconhecidos no primeiro dia, já o lucro é diferido justamente pela CSM (*PwC, Using Solvency II to implement IFRS 17*, setembro de 2017).

Os contratos com recursos de participação (*contract with direct participation feature ou CDP*), definidos no *IFRS 17* como:

“An insurance contract for which, at inception:

(a) the contractual terms specify that the policyholder participates in a share of a clearly identified pool of underlying items;

(b) the entity expects to pay to the policyholder an amount equal to a substantial share of the fair value returns on the underlying items; and

(c) the entity expects a substantial proportion of any change in the amounts to be paid to the policyholder to vary with the change in fair value of the underlying items.” (IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017).

É importante esclarecer que sempre que a norma se refere à “*Underlying Items*” entende-se que sejam tópicos que determinam alguns dos valores a serem pagos a um segurado. Itens subjacentes podem incluir quaisquer itens, por exemplo: uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade (*IFRS® Foundation, IFRS 17 Insurance Contracts, maio de 2017*).

Para esse tipo de contrato, no *IFRS 17* temos a seguinte consideração para os *CDP*: os fluxos de caixa dos recursos de participação estão incluídos no passivo, quando estes se relacionam com futuros segurados. Enquanto, para Solvência II a consideração aplicada é que os fluxos de caixa dos recursos de participação estão incluídos no passivo, exceto para "excedentes de capital aprovados" ("Approved surplus funds") (*Pwc, In depth A look at current financial reporting issues, 30 de junho de 2017*).

As provisões são registradas todas brutas de resseguro tanto para Solvência II quanto no *IFRS 17*. É válido destacar que para o *IFRS 17* existem especificações diferenciadas para os contratos de resseguro em relação a um contrato normal, em contrapartida, para Solvência II nos casos mais normais o contrato de resseguro espelha o contrato direto.

Os custos de aquisição nos fluxos de caixa são desconsiderados conforme são incorridos para o relatório de Solvência II, enquanto no *IFRS 17* é atribuível ao nível da carteira e incluído na mensuração do passivo.

Existem outras inúmeras divergências entre ambos, porém as mais relevantes foram descritas acima, de forma detalhada e, algumas das outras serão apresentadas no quadro abaixo, todavia devemos mencionar que outras divergências não tão relevantes não foram mencionadas neste trabalho:

Tópico	IFRS 17	Solvência II
Definição e escopo	Seguro (e investimento participante, mas apenas para empresas que também emitem contratos de seguro)	Todos os contratos regulamentados como seguros
	Certos contratos que não são regulamentados como seguros podem ser capturados.	Seguradoras apenas em jurisdições específicas.
	Aplicável apenas aos relatórios do IFRS.	Os regimes regulatórios que são considerados "equivalentes" a Solvência II reconhece e mede os passivos do contrato de acordo com esses regimes.
Separando componentes	Componentes distintos de investimento, certos derivados embutidos e certos bens e serviços são separados.	Sem separação de componentes.
Reconhecimento	No Início da data da cobertura em que o primeiro pagamento é feito por um "grupo" de contratos (ou anterior para um grupo de contratos onerosos).	No início da data em que a cobertura começa ou data em que consta no contrato.
Granularidade / Agrupamento de contratos	Potencial para três grupos (com base na lucratividade) por portfólio.	Agrupamento prescrito por tipo de contrato.

Tópico	IFRS 17	Solvência II
Limite do contrato	A seguradora não tem mais direitos substantivos para receber prêmios ou obrigações de prestação de serviços, porque os riscos do segurado ou da carteira ao definir o preço ou o nível do benefício podem ser reavaliados.	A seguradora não precisa mais fornecer cobertura ou pode alterar os termos para "refletir totalmente o risco" no nível da carteira (a menos que tenha ocorrido a subscrição de vida individual).
Fluxos de caixa (excluindo custos de aquisição)	Fluxos de caixa relacionados diretamente ao cumprimento dos contratos.	Todas as entradas e saídas de caixa necessárias para liquidar as obrigações ao longo da vida.
Taxa de desconto	" <i>Top Down</i> " ou " <i>Bottom Up</i> ", refletindo as características do passivo.	Determinado, baseado em swaps menos risco de crédito (mais ajuste de contrapartida ou volatilidade em certas circunstâncias). (Taxas atuais somente)
Apetite de Risco	Nenhum método descrito.	6% do custo de capital
	Visão das empresas sobre a compensação exigida pela incerteza decorrente de riscos não financeiros (apenas).	Líquido de resseguro
	Bruto de Resseguro	N/A
Método simplificado para determinados contratos	Premium Allocation Approach	Não prevê nenhum modelo específico

Tópico	IFRS 17	Solvência II
Fim da obrigação	Quando as obrigações se extinguem ou se modificam substancialmente o contrato.	Onde as obrigações são extintas, quitadas ou canceladas, ou expiram.

Tabela 2: PwC, Using Solvency II to implement IFRS 17, setembro de 2017

4. Preparação do mercado para o IFRS 17

A empresa *Milliman*, uma grande firma internacional atuarial e de consultoria, realizou uma pesquisa para medir a preparação para o *IFRS 17* entre as seguradoras (HINES, William; ZIANG Cici, *IFRS 17 preparedness - 2017*, junho de 2017). A pesquisa foi enviada para mais de 90 empresas em todo mundo que seriam afetados pela implementação dessa norma contábil.

A primeira pergunta da pesquisa é sobre o quão a empresa sente-se preparada para implementação do *IFRS 17*. O resultado nos mostra que apenas 15% das empresas pesquisadas estão implementando a norma, e quase 45% ainda não avançaram em busca da introdução do *IFRS 17*. Para essas companhias que não vem acompanhando a norma esperamos que estas sejam as primeiras a recorrer a terceiros para auxiliar no processo de implementação, contudo, não acompanhar o andamento do projeto significa que um tempo valioso que poderia estar sendo usado para diagnosticar os sistemas ou para qualificar os funcionários está sendo desperdiçado, o qual já é escasso, pois o prazo limite de implementação a princípio seria janeiro de 2021.

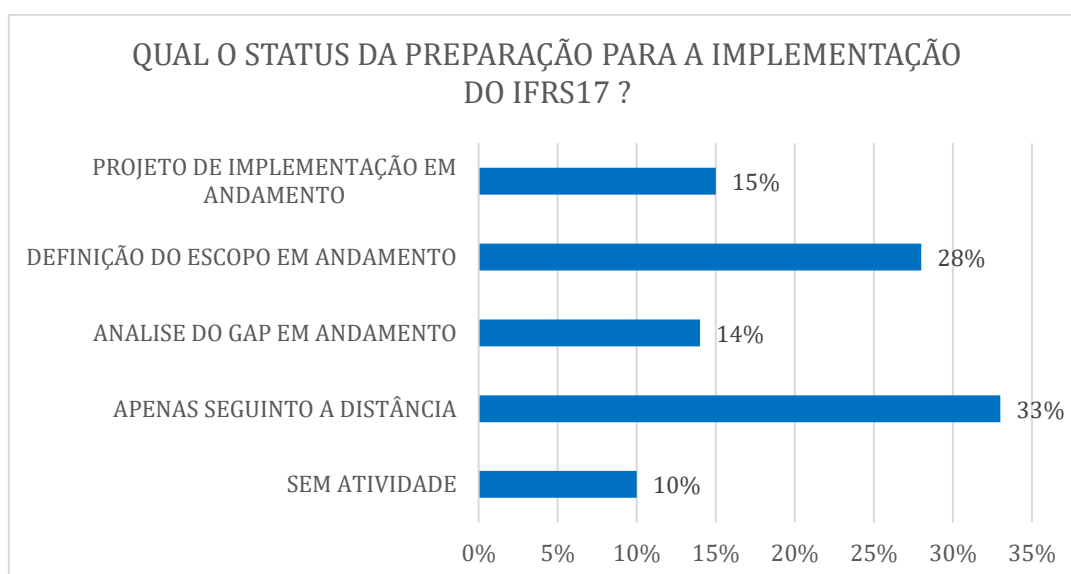


Gráfico 1: IFRS 17 preparedness, página 2

Essa falta de preocupação em acompanhar essa norma tão complexa que foi emitida em maio de 2017, provavelmente justifica a decisão do IASB em 14 de novembro de postergar a data de implementação do *IFRS 17* para janeiro de 2022 (IASB, *IASB to propose one-year deferral of insurance contracts Standard*, 14 de novembro de 2018).

A grande maioria dos entrevistados acredita que a responsabilidade de implementar o IFRS 17 é do CFO da empresa, ou de uma combinação entre o CFO e o Chefe Atuarial. Acompanhando esta questão, 69% das empresas tem uma pessoa na organização responsável pela evolução da norma e em metade delas já foi realizado um treinamento inicial sobre a norma. Adicionalmente, os entrevistados têm opiniões distintas sobre quem na organização deve ter esse treinamento, as porcentagens são bem próximas e se dividem entre as seguintes opções: diretores, gerentes, time atuarial e time financeiro.

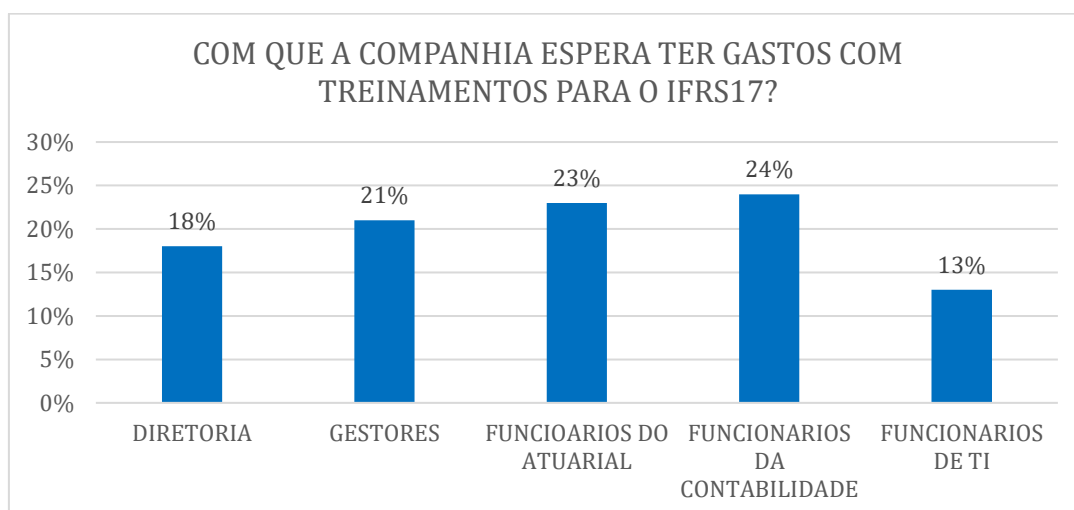


Gráfico 2: *IFRS 17 preparedness*, página 4

Como explicitado no gráfico abaixo, 85% dos pesquisados esperam usar recursos externos à empresa para ajudar na implementação. Isso acontece devido aos grandes desafios que os agentes enxergam no *IFRS 17*. Também propiciando uma oportunidade sem igual para a área atuarial das companhias no sentido de que elas têm a justificativa ideal para investir no aprimoramento de seus sistemas, seja por tornar o processo automatizado, ou torná-los mais rápidos, contudo, com essa oportunidade geralmente vem a necessidade consultorias especializadas ou serviços de terceiros específicos ¹¹.

¹¹ *FIS The road to better data, systems, processes and control*, na revista *InsuranceREM* em 2017,

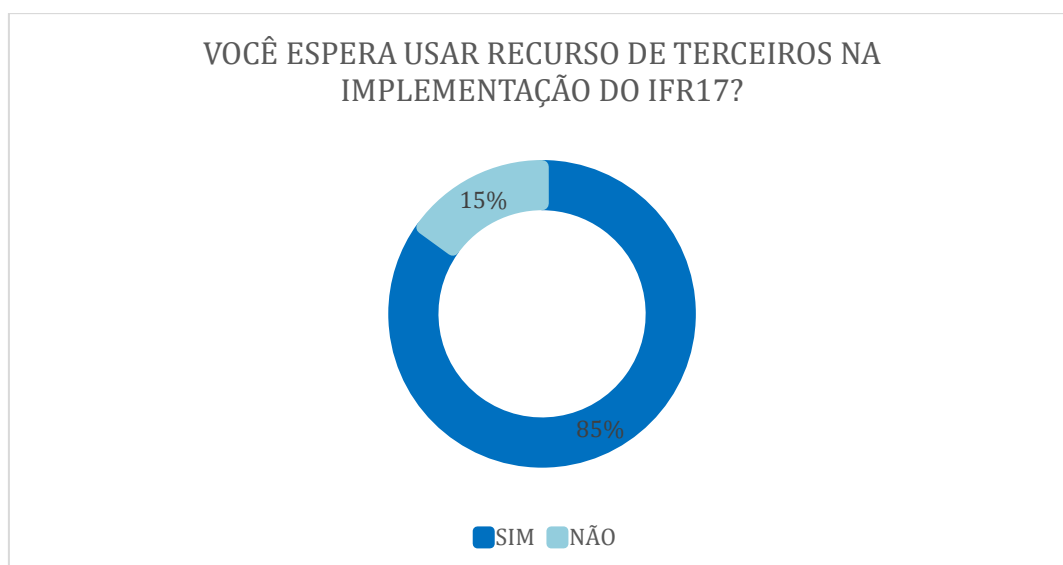


Gráfico 3: IFRS 17 preparedness, página 2

Em outra seção a pesquisa traz uma série de perguntas sobre a expectativa das empresas sobre os recursos necessários para a implementação da norma. Houve uma ampla gama de respostas, dentre elas: mais de 40% respondeu que seria preciso funcionários em tempo integral dedicados para isso e que a implementação dessa norma envolveria um esforço maior do que a implementação do *Solvência II*, principalmente devido ao histórico de dados que será necessário ter disponível para que exista base comparativa no primeiro ano de implementação do *IFRS 17* e para criar sistemas confiáveis e robustos principalmente os do cálculo do *CSM*.

A infraestrutura de TI das empresas, também é questionada, para observar o quão estão adequadas para executar os cálculos do *IFRS 17*. Para três dos cinco tópicos perguntados, mais de 50% das empresas precisam instalar novas plataformas, enquanto para os outros dois, comuns a *Solvência II* (Gráfico 4), a maioria consegue usar plataformas já existentes. Um fato interessante a ser notado é que apesar de diversas áreas estarem sendo envolvidas, o esforço a ser realizado, será principalmente envolvendo conceito de manipulação de bases de dados, isto é, criar novas plataformas para apresentar dados, controles que agreguem confiabilidade a base de dados, deixar traços para que o trabalho possa ser realizado a qualquer instante e obter o mesmo resultado do contabilizado, com isso, concluímos que apesar de envolver diversas áreas o esforço estará principalmente relacionado com TI porem aplicado especificamente para as áreas necessárias.

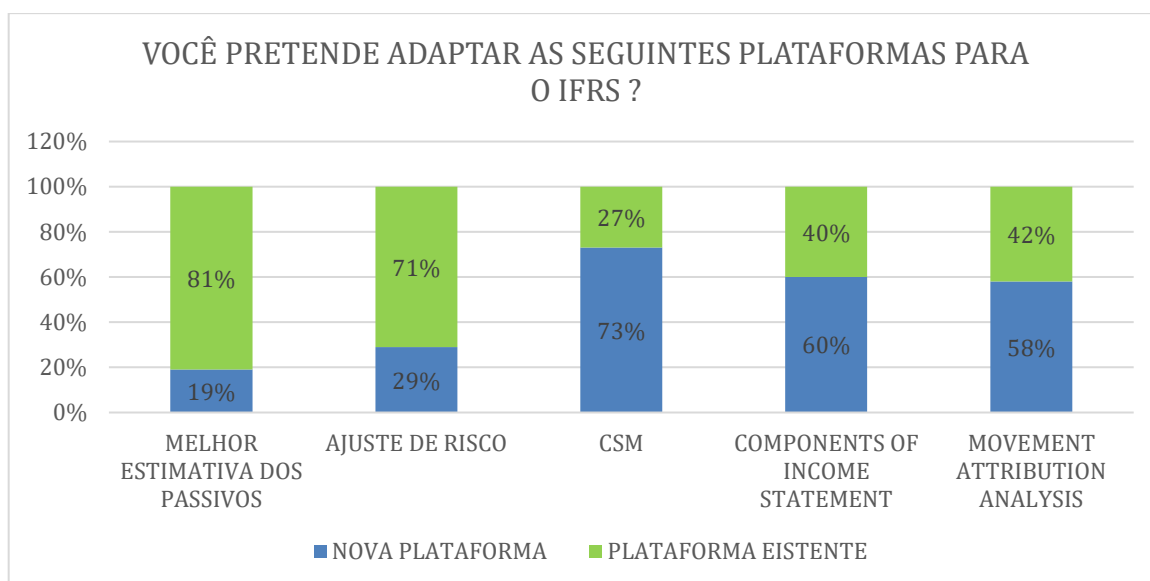


Gráfico 4: IFRS 17 preparedness, página 8

A pesquisa mostra resultados de que 56% das empresas já emitem relatórios sobre a norma *Solvência II* e dentro desse percentual, 57% planeja aproveitar a mesma plataforma utilizada para o *IFRS 17*, demonstrando que existem inúmeras semelhanças entre as duas normas.

Para as empresas que criam relatórios de *Solvência II* foi perguntado a expectativa em utilizar a sua infraestrutura para os novos cálculos, e 70% das instituições acredita que as plataformas atuais serão utilizadas em sua maioria ou na sua totalidade pelo o *IFRS 17*, ou seja, apesar de todos os desafios existentes, boa parte deles, para as companhias que já reportam sobre o escopo de *Solvência II*, deveriam estar incorporados necessitando apenas de ajustes menores.

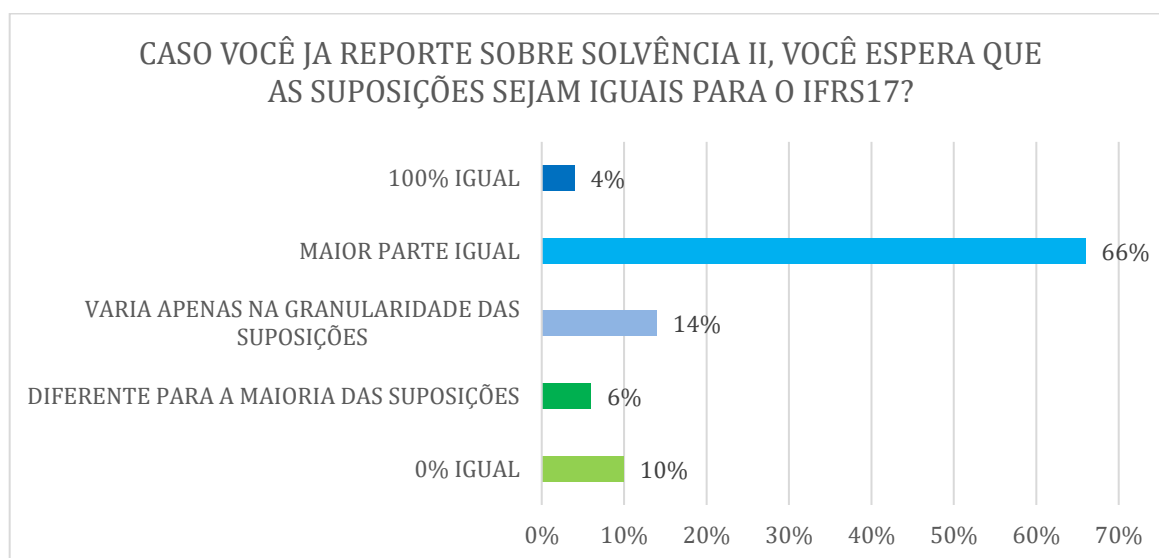


Gráfico 5: IFRS 17 preparedness, página 7.

Nota: para as seguradoras que selecionaram “0% igual”, quase todos indicaram que não reportam sobre Solvência II ou não era aplicável.

O estudo em questão aborda a determinação das taxas de desconto, que precisam ser derivadas para refletir as características do passivo, E foram feitas diversas interpelações sobre o assunto. A primeira delas refere-se à existência de um processo a ser usado para a definição das taxas de juros e 84% das firmas ainda não têm esse processo definido.

Ainda sobre as taxas de desconto a pesquisa aborda as companhias que já reportam sob a Solvência II que diferenças elas esperam ao derivar as taxas de desconto. Neste quesito, 32% das empresas ainda não sabem definir as diferenças existentes entre Solvência II e *IFRS 17*, podendo ser um risco para as seguradoras uma vez que, a norma como um todo possui diversos detalhes e particularidades a serem considerados. Desta forma, não ter uma opinião formada sobre determinado assunto, com um prazo relativamente curto para implementar os processos em relação a complexidade do tema, pode resultar em falhas conceituais nas demonstrações financeiras, ou que a companhia acredita que algum terceiro já tenha esse processo estruturado.

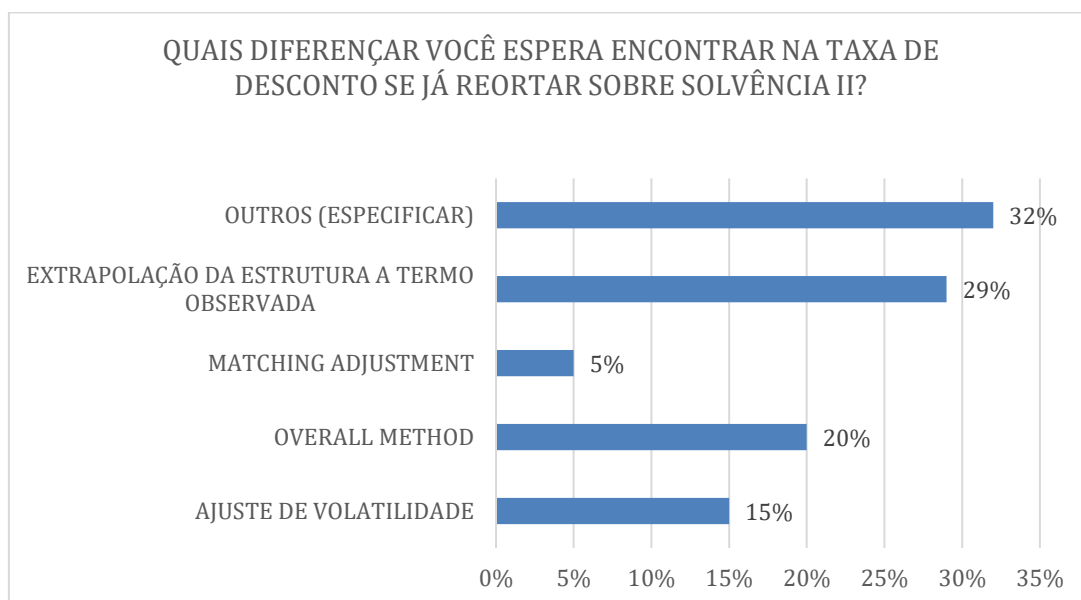


Gráfico 6: *IFRS 17 preparedness*, página 9.

Nota: Para as seguradoras que selecionaram “Outros”, quase todos indicaram que ainda tem que determinar a abordagem a ser adotada e uma não esperar ter que fazer alterações significantes.

Sobre o cálculo do Risk Adjustment a Milliman questiona as firmas se eles já definiram uma metodologia para este cálculo, 86% das companhias responderam que ainda não tem essa metodologia. Contudo as empresas esperam usar nesse cálculo principalmente a de custo do capital.

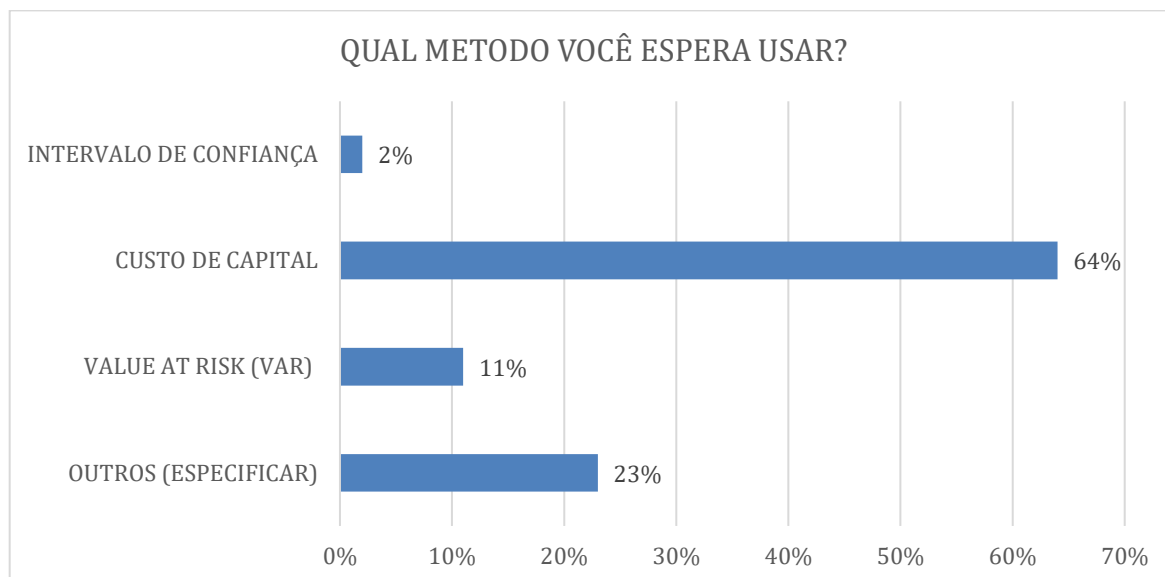


Gráfico 7: IFRS 17 preparedness, página 11.

Nota: Para as Companhias que responderam "Outros", a maioria dela indicou que o método está à ser definido.

Considerando o acompanhamento da amortização do CSM foi perguntado aos entrevistados se eles planejam acompanhar no sistema de *Valuation* ou em algum sistema separado, e as respostas foram divididas da seguinte forma: 28% Valuation Systems, 24% em uma planilha separada especificamente para isso, 6% em contabilidade geral, 6% contabilidade atuarial e a maior parte 36% em um armazém de dados, a próxima questão se refere ao caso da CSM negativa e como eles se planejam para acompanhá-la, e a resposta foi bem próxima ao questionamento anterior. É importante lembrar que apesar da CSM não poder ser negativa, a entidade seguradora deveria ter controle disso, pois caso a CSM venha a se tornar positiva novamente, a companhia terá ciência do fato.

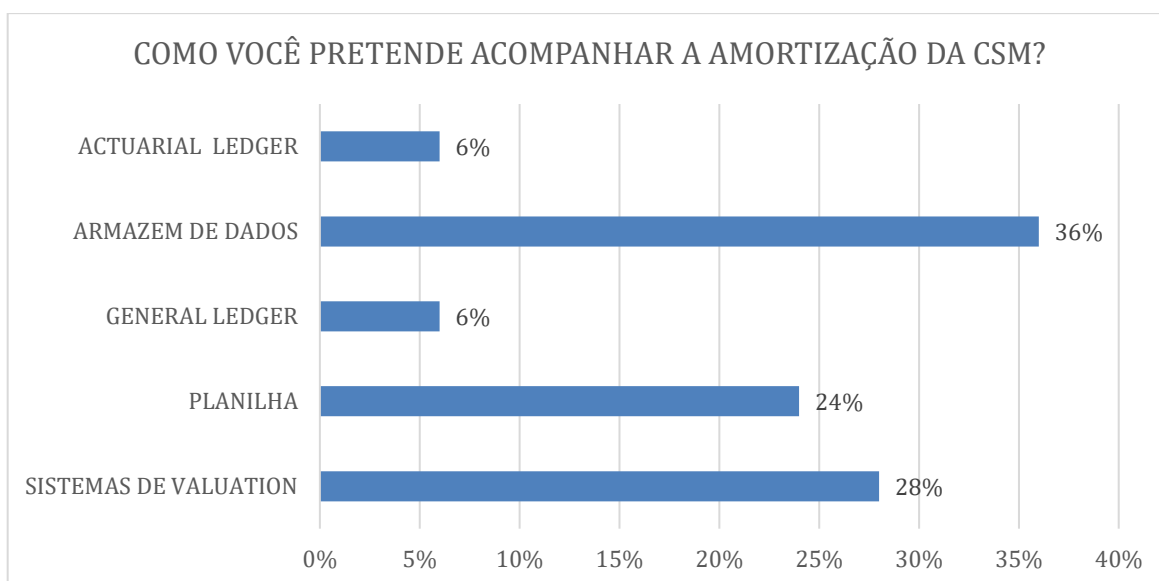


Gráfico 8: IFRS 17 preparedness, página 12.

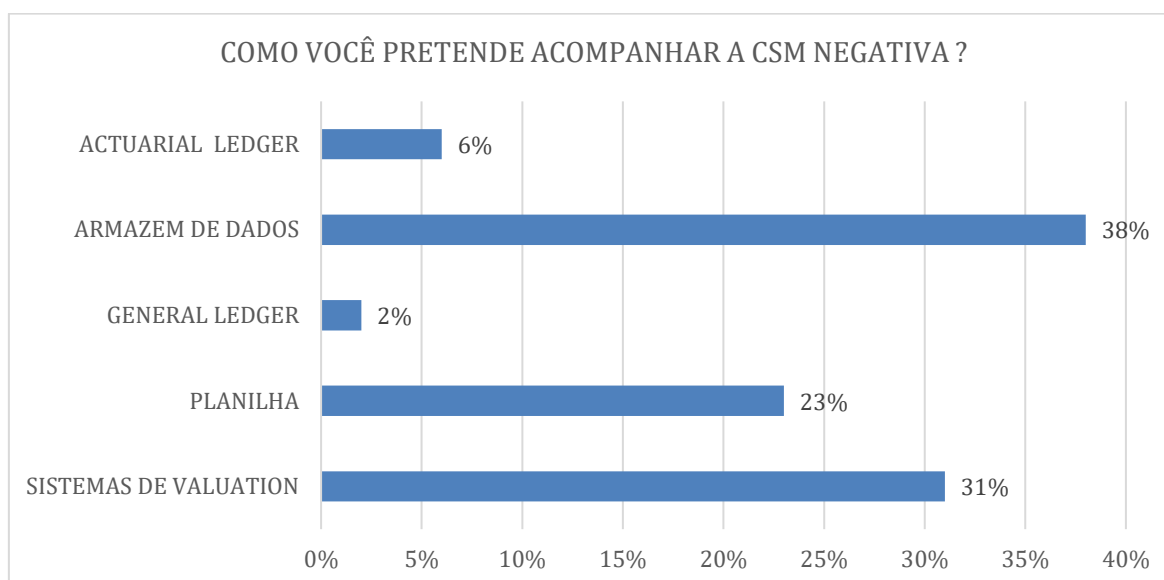


Gráfico 9: IFRS 17 preparedness, página 12.

A pesquisa explica como a companhia enfrentará a transição completa do *IFRS 17*, pois, é necessário padronizar todo o histórico dos contratos para manter uma base comparativa. Foi questionado às empresas, baseado no número de contratos, qual porcentagem desses acordos é aplicado o *full retrospective approach* (Para a definição da abordagem completa consultar a seção 5.1), e a resposta foi de que a maioria delas ainda não têm uma estimativa do percentual de contratos que conseguirão aplicar o *full retrospective approach*. Além disso, 30% responderam que em nenhum contrato será possível realizar tal abordagem e apenas 4% ajustaria a totalidade dos acordos. Isso indica que possa existir uma

deficiência dos dados internos existentes nas companhias para a aplicação do *IFRS 17*.

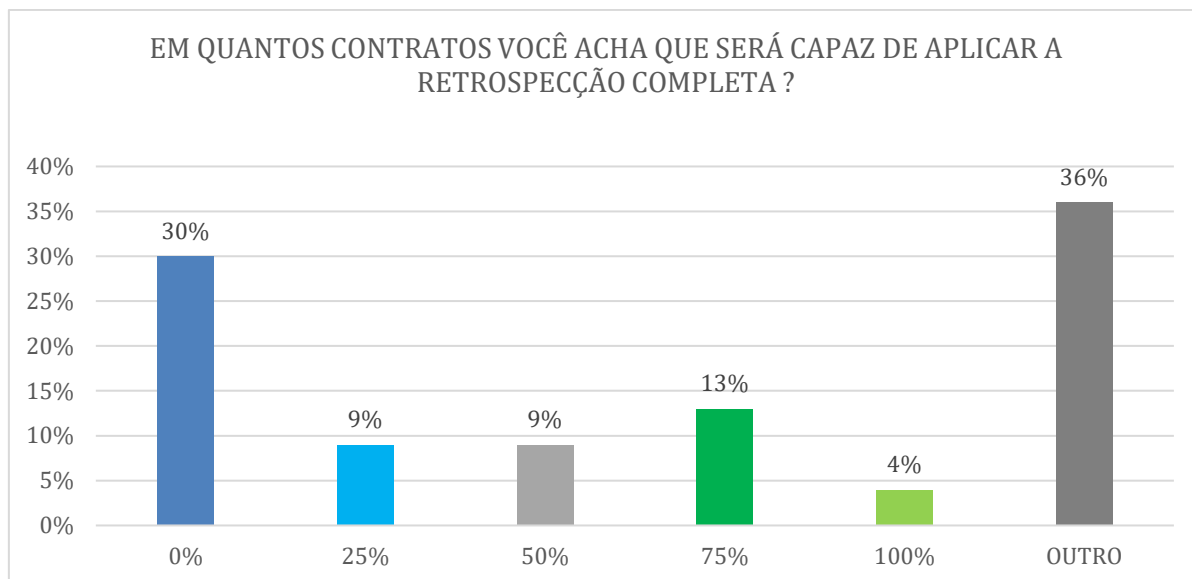


Gráfico 9: *IFRS 17 preparedness*, página 16.

Nota: Para quem respondeu “Outros” a maioria ainda não tem o percentual definido, uma única resposta foi de 90% e os demais não sabem ao certo, mas são pequenos percentuais diferentes de zero.

Com a finalidade de entender se seria possível a aplicar abordagem *modified retrospective* (Para a definição da abordagem completa consultar a seção 5.1), que seria a uma versão mais simplificada da transição dos contratos, e mesmo nesta abordagem 32% das empresas não conseguiriam adaptar nenhum contrato, 29% ainda não definiu o número dos contratos que serão modificados e apenas 8% faria alterações em mais de 75% dos acordos. O cenário é diferente quando considerado a abordagem *fair value* em que 31% das firmas alteraria entre 75% e 100% dos contratos.

A pesquisa¹² também perguntou às companhias quantos anos elas acreditam que levariam para fazer uma abordagem completa (*Full retrospective*). Um quarto dos entrevistados indicaram que ainda não tem uma estimativa de quantos anos seriam necessários, 35% responderam que seria preciso de um a

¹² HINES, William; ZIANG, Cici, *IFRS 17 preparedness - 2017*, Junho de 2017. Milliman Research Report.

cinco anos e 21% disseram que seriam capazes de aplicar a abordagem entre 7 e 10 anos.

Todos esses dados confirmam a necessidade de uma readequação da forma em que as bases de dados são construídas e, portanto, um esforço enorme no contexto de manipulação das bases de dados para ter a granularidade dos dados requeridos para adotar um *full retrospective approach*, que a princípio é o modelo ideal em que o *IFRS 17* deve ser apresentado.

O questionário aborda o produto final do *IFRS 17* e qual o impacto esperado, quando aplicado por completo. A grande maioria dos entrevistados acredita que haverá impacto na política de investimentos, de gestão de risco e na precificação dos produtos, e apresenta a expectativa na demonstração dos resultados das demonstrações financeiras onde as opiniões estão bem divididas, no sentido que as respostas estão bem distribuídas entre haverá um decréscimo ou acréscimo no resultado.

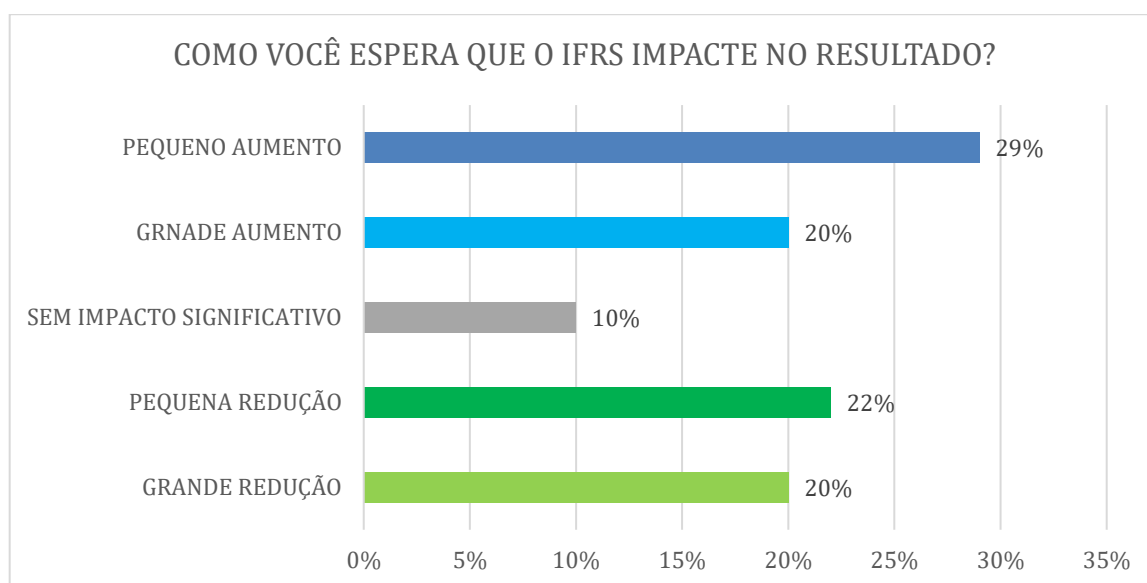


Gráfico 10: *IFRS 17 preparedness*, página 18.

5. Desafios do *IFRS 17*

Dentre todos os desafios existentes no *IFRS 17* o mais complexo e trabalhoso será relacionado com a gestão de dados, de acordo com o artigo publicado pela companhia *FIS (Fidelity National Information Services, Inc.)*, localizada na Florida, *The road to better data, systems, processes and control*, na revista *InsuranceREM* em 2017, o *IFRS 17* requer um nível de conectividade e

colaboração sem precedentes entre a área atuarial e o departamento financeiro, isso quer dizer que os atuários terão que realizar os controles rigorosos da área financeira na aplicação da modelagem estatística.

Não é de hoje que os controles financeiros estão sob uma severa legislação que requer controles eficientes e documentados. No *IFRS 17* os atuários também deverão demonstrar controles robustos, traços de auditoria e sistemas estruturados. Mais especificamente, eles devem:

- Fornecer informações claras das suposições feitas nos cálculos, relacionando, os cálculos que fazem uso delas;
- Garantir resultados que sejam rastreáveis e reproduzíveis, com dados que demonstrem links entre entradas e saídas;
- Adicionar dados da governança nos relatórios para que seja apresentado além do resultado os procedimentos e aprovações que levaram até o resultado;
- Transformar a grande quantidade de dados em valores específicos requeridos pela área financeira, por meio de mecanismos de controles mapeados;
- Implementar um processo robusto de reconciliação dos valores para checar a assertividade e precisão dos dados na transferência entre sistemas;
- Garantir a granularidade e volume de dados necessário para a aplicação do IFRS 17.

Todas essas mudanças devem ocorrer, pois, atualmente, na grande maioria dos casos, as provisões são calculadas separadamente dos sistemas contábeis e são aceitos pela contabilidade como um cálculo a parte, sem muitas informações sobre ele. Contudo com o *IFRS 17* será necessário que a contabilidade das companhias tenham um maior conhecimento dos procedimentos realizados, e também que este ambiente intermediário esteja sob o controle da área contábil.

5.1. Desafios do primeiro ano de implementação

Além de todos os conceitos novos e adaptações necessárias o *IFRS 17* requer que no primeiro ano em que for implementado as companhias devem realizar o cálculo retrospectivo da demonstração financeira do ano anterior ao da publicação para que exista base comparativa.

Para isso, existem alguns requisitos: a princípio a companhia deve aplicar o *IFRS 17* para os grupos de contratos de seguros, como se não fosse o primeiro ano de aplicação, abdicar de quaisquer saldos que deixariam de existir caso o *IFRS 17* fosse aplicado e por fim reconhecer qualquer diferença líquida no resultado.

O método retrospectivo completo consiste na mensuração dos passivos dos contratos de seguros como se fossem um ano antes da emissão da demonstração financeira, necessitando que a companhia realize uma nova abordagem em todos os contratos que possam afetar as notas explicativas da data-base, a parcela da mensuração dos fluxos de caixa, de acordo com a perspectiva do *IASB*, não seria tão desafiadora quanto o *CSM* e o *risk adjustment* (*IFRS® Foundation, Basis for Conclusions on IFRS 17 Insurance Contracts*, maio de 2017)..

Considerando que, talvez, todas as companhias não tenham dados disponíveis para realizar essa abordagem retrospectiva completa, foram criados outros dois métodos para se estruturar as demonstrações contábeis, a abordagem retrospectiva modificada (*modified retrospective approach*) e a abordagem do valor justo (*fair value approach*).

A abordagem retrospectiva modificada, deve ser aplicada nos casos que a companhia cumpre a maioria dos requerimentos para aplicar o *full retrospective approach*, porém existem algumas lacunas nos dados, nesses casos a entidade pode optar por realizar o menor número possível de modificações na abordagem completa e então aplicá-la. Desde que sejam razoáveis e embasadas tecnicamente, o *IFRS 17* também proíbe que sejam desconsideradas quaisquer informações que são relevantes para a abordagem completa e que estejam disponíveis sem custo ou esforço, lembrando que o *IFRS 17* considera as informações disponíveis nos sistemas da companhia como sem custo e esforço.

As mudanças previstas na abordagem modificada são limitadas ao escopo determinado do *IFRS 17* e se resumem principalmente em simplificar o cálculo dos componentes da mensuração do passivo dos contratos de seguros.

Para as companhias que não tenham informações confiáveis sem incorrer em esforço ou custo adicional, existe ainda, a opção de utilizar a abordagem do valor justo na qual deve ser implementado o *fair value approach*, normalmente conhecido no mercado, e a *CSM* será a diferença entre o fluxo de caixa futuro determinado pelo *IFRS 13* e o *fair value approach* (*IFRS® Foundation, Basis for Conclusions on IFRS 17 Insurance Contracts*, maio de 2017).

6. Considerações Finais

Inicialmente neste projeto de pesquisa buscamos contextualizar o órgão regulador do *IFRS*, e a norma em si, de forma a nos estruturar para realizar uma análise de como o mercado securitário vem se sentindo e se preparando para a implementação da norma em 2022. Buscamos também identificar quais seriam os principais desafios existentes e quais medidas poderiam ser tomadas para facilitar a implementação do *IFRS 17*.

Por meio dessa pesquisa foi possível identificar que existem inúmeras semelhanças entre o *IFRS 17* e Solvência II, por isso, as seguradoras que já reportam sob esta norma pretendem em sua maioria aproveitar os sistemas existentes e adaptá-los, já as que não possuem nenhum tipo de sistema pré-existente terão que realizar um esforço muito maior, e provavelmente, terão que optar por metodologias alternativas, como o *fair value approach* dentre os métodos de prospecção ou recorrer ao auxílio de terceiros para realizar os acertos necessários.

Também notamos que apesar de diversas áreas estarem trabalhando em conjunto, as maiores mudanças não são em conceitos, ou em formas dos cálculos, mas sim, como os dados são apresentados e como as bases de dados e sistemas estão preparados para fornecer ao usuário dessa informação a granularidade requerida. Por exemplo, para realizar o *full retrospective approach* a companhia deve ter os dados segregados por apólices e contratos, apenas desta forma ela será capaz de mensurar de forma precisa e confiável o *CSM* em qualquer instante

do tempo, a mesma ideia se aplica para as demais parcelas da mensuração dos passivos dos contratos de seguros.

Com base em todos os fatos expostos conseguimos responder à questão inicial levantada na introdução deste trabalho, que era como as companhias estão se preparando para implementar o *IFRS 17*. Primeiramente identificamos que a maior parte delas já reporta sobre o escopo da Solvência II, o que consideramos como uma base sólida para começar a estruturar o *IFRS 17*, contudo, é perceptível que além disso, muitas questões estão em aberto e com o curto tempo que resta para implementar a norma, seria melhor observar uma movimentação mais efetiva do mercado para definir alguns conceitos básicos, como qual metodologia de retrospecção será adotada, ou como será feita a taxa de desconto, ou ainda, entender melhor o conceito do *contractual service margin*.

Seria justificável dizer que as companhias não têm uma posição definida para tais aspectos se o *IASB* não tivesse tentado aproximar o mercado do processo de criação da norma, contudo, como mencionado na seção 2.1, ele propiciou essa oportunidade, desta forma, as entidades seguradoras já vem recebendo informações do que esperar do *IFRS 17* bem antes de maio de 2017, quando a norma foi efetivamente promulgada.

Levando em consideração o que foi supracitado, concluímos que, em parâmetros gerais o mercado se encontra em fase de preparo para receber o *IFRS 17*. Devido, quase que exclusivamente, ao fato de que existem muitas semelhanças com Solvência II, por causa dessas similaridades não será necessário desenvolver novos sistemas nem consolidar conhecimentos completamente novos, com exceção do CSM. Todavia, quase a totalidade das diferenças existentes entre eles necessitam de diversos ajustes.

7. Bibliografia

Accounting Standards Board of Japan, International Accounting Standards Board® **Agreement on initiatives to accelerate the convergence of accounting standards**. 8 de agosto de 2007. Disponível em <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/around-the-world/mous/asbj-iasb.pdf?la=en>> Acesso em 02 de junho, 20:11.

EY. **Applying IFRS 17 A closer look at the new Insurance Contracts Standard. Maio de 2018**. Disponível em <[https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-Applying-IFRS-17-Guidelines/\\$FILE/ey-Applying-IFRS-17-Guidelines.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-Applying-IFRS-17-Guidelines/$FILE/ey-Applying-IFRS-17-Guidelines.pdf)> Acesso em 01 de junho, 20:50

FAMA, Eugene F. **The Journal of Finance**. Vol. 25, No. 2, Papers and Proceedings of the Twenty-Eighth Annual Meeting of the American Finance Association New York, Nova York, Dezembro de 1969 e Maio de 1970, pp. 383-417.

Financial Stability Board. **Meeting of the Financial Stability Board in London on 25 September**. Disponível em <<https://www.fsb.org/wp-content/uploads/September-Plenary-press-release.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 21:16

G7 INFORMATION CENTRE. **Declaration of G7 Finance Ministers and Central Bank Governors**. 30 de outubro de 1998. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/g7-declaration-1998.pdf?la=en>> Acesso em 29 de maio de 2019, 19:23.

HINES, William; ZIANG Cici. **IFRS 17 preparedness - 2017**. Junho de 2017. Milliman Research Report. Disponível em: <<http://www.milliman.com/uploadedFiles/insight/2017/IFRS-17-preparedness-survey-2017.pdf>> Acesso em 28 de maio, 22h10.

IFRS® Foundation. **Basis for Conclusions on IFRS 17 Insurance Contracts**. Londres, maio de 2017

IFRS® Foundation. **IFRS 17 Insurance Contracts**. Londres, maio de 2017

IFRS® Foundation. **Who we are.** Disponível em: <<https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#histor>>. Acesso em: 31 de maio de 2019, 22:24

IFRS® Foundation. **IFRSs as the Global Standards: Setting a Strategy for the Foundation's Second Decade.** Fevereiro de 2012, Londres. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2012-trustees-strategy-review.pdf?la=en>> Acesso em 01 de junho, 20:45

IFRS® Foundation. **Standards Effects Analysis.** Maio de 2017. Disponível em <<https://www.ifrs.org/-/media/project/insurance-contracts/ifrs-standard/ifrs-17-effects-analysis.pdf>> Acesso em 02 de junho, 22:45

International Accounting Standards Board®. **IASB Announces Agenda of Technical Projects.** 31 de julho de 2001. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2001-iasb-agenda.pdf?la=en>> Acesso em 24 de maio de 2019, 22:02

International Accounting Standards Board®. **IASB and FASB create advisory group to review reporting issues related to credit crisis.** 16 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2008-pr-iasb-and-fasb-advisory-group.pdf?la=en>>. Acesso em 30 de maio, 22:05

International Accounting Standards Board®. **IASB Chairman presents new mission statement.** 16 de abril de 2015. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2015-mission-statement.pdf?la=en>> Acesso em 01 de junho, 20:39

International Accounting Standards Board®. **IASB Announces Agenda of Technical Projects.** 31 de julho de 2001. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2001-iasb-agenda.pdf?la=en>> Acesso em 03 de junho, 23:27.

International Accounting Standards Board®. **International Accounting Standards Board Issues Wide-Ranging Improvements To Standards.** 13 de dezembro de 2003. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2001-iasb-agenda.pdf?la=en>> Acesso em 03 de junho, 22:22.

International Accounting Standards Board®. **The First Meeting of the IASB Emerging Economies Group Communiqué.** Julho de 2011. Disponível em

<<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2011-emerging-economies.pdf?la=en>> Acesso em 05 de junho de 22:15.

International Accounting Standards Board®. **The IASB and other accounting standard-setters**. Abril de 2014. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/around-the-world/memoranda/iasb-ifass-charter-2014.pdf?la=en>>

Acesso em 03 de junho, 19h20

International Accounting Standards Board®. **IASB to propose one-year deferral of insurance contracts Standard**. 14 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/news-and-events/2018/11/iasb-to-propose-one-year-deferral-of-insurance-contracts-standard/>> Acesso em 06 de junho, 20:41.

International Accounting Standards Committee. **Statement of Intent Comparability of Financial Statements**. 29 April 2010. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/1990-soi.pdf?la=en>>

Acesso em 07 de junho, 01:32

International Accounting Standards Committee. **An agreement to establish an International Accounting Standards Committee**. 29 de junho de 1973. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/1973-iasc-agreement.pdf?la=en>> Acesso em 30 de maio, 21:03

International Accounting Standards Committee. **IASC Foundation and IASB emphasise greater investor participation in the development of IFRSs**. 29 de junho de 1973. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2010-pr-investor-outreach-programme.pdf?la=en>> Acesso em 30 de maio, 19:57

International Financial Reporting Standards®. **IFRS® Standards, Fact Sheet**. Londres, 2017 Disponível em <<https://www.ifrs.org/-/media/project/insurance-contracts/ifrs-standard/ifrs-17-factsheet.pdf>> Acesso em 30 de maio, 21:40.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS. *Fact Sheet*, Outubro de 2018, Madrid. Dispo

nível em: <<https://www.iosco.org/about/pdf/IOSCO-Fact-Sheet.pdf>> Acesso em 8 de junho, 17:42

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE COMISSÃO DE VALORES. Carta, 17 de junho de 1994, Quebec - Canadá. SHIRATORI, Eiichi. Londres - Inglaterra, 11p. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/1994-shiratori-letters.pdf?la=en>> Acesso em 2 de junho, 20:20

PwC. ***In depth A look at current financial reporting issues***. 30 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.com/sg/en/insurance/assets/ifrs17-current-financial-reporting.pdf>> Acesso em 1 de junho de 2019, 21:33.

PwC. ***Using Solvency II to implement IFRS 17***. Setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.pt/pt/industrias/seguros/pwc-using-solvencyII-IFRS17.pdf>> Acesso em 1 de junho de 2019, 17:18.

PwC. ***The wait is nearly over? IFRS 17 is coming, are you prepared for it ?*** Setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/insurance/publications/assets/the-wait-is-nearly-over.pdf>> Acesso em 8 de junho de 2019, 22:47.

SHIRATORI, Eiichi. ***Efficiencies in multinational securities offerings: how to promote international harmonisation of accounting standards***. International Accounting Standards Committee at XXI Conference of the International Organisation of Securities Commissions (IOSCO), Tóquio - Japão, 1994. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/1994-shiratori-speech-to-iosco.pdf?la=en>> Acesso em 2 de junho, 23:10.

The Pittsburgh Summit. ***Leaders' Statement: The Pittsburgh Summit***. Setembro de 2009. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/feature/about-us/our-history/2009-g20-final-statement.pdf?la=en>> Acesso em 3 de junho, 00:39

ZEFF, Stephen A. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. Rice University - Houston, Texas. Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500300> Acesso em 31 de maio, 22:50.